



Em Destaque



08/06/2016 - 05h00

Venda de energia aos pequenos pode ter 1ª habilitada em 30 dias

Expansão. Mudança crescente para mercado livre é desafio para setor viabilizar negócios e CCEE aposta na criação de comercializador varejista para atender migração dos clientes de até 3 MW



Estabelecimentos comerciais, como os shoppings, podem ter dificuldade em migrar para o mercado livre

Foto: Fotos: Alex silva/Estadão Conteúdo e Dreamstime

São Paulo - A primeira comercializadora varejista no mercado livre de energia pode ser habilitada nos próximos 30 dias, segundo o presidente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Rui Altieri. Essa é a aposta para garantir a estrutura para a migração no setor.

A CCEE registra atualmente de 100 a 120 migrações de clientes para o mercado livre todo mês, com um total de 2.262 consumidores registrados até maio. Só nos últimos seis meses, a adesão ao mercado de curto prazo cresceu cerca de 24%.

"Esse movimento de saída dos consumidores do mercado cativo para o livre é natural que ocorra. Mas a nossa preocupação é como essa migração tem ocorrido, principalmente com a aceleração

desse movimento a partir do segundo semestre de 2015", destacou Altieri, em entrevista ao DCI.

Na avaliação do presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, era esperado que a expansão do mercado livre levasse os agentes do setor a procurar ferramentas mais sofisticadas e alternativas para facilitar a negociação dessa energia. "Mas esse crescimento também traz novos desafios que exigirão adequação para funcionar", disse.

No início do ano passado, a CCEE acreditava que as empresas com atuação de comercializador varejista seriam os principais agentes a realizar a migração de consumidores especiais, com demanda entre 500 quilowatt (kW) e 3 megawatts (MW), para o mercado livre. No entanto, não houve adesão. "Esses clientes especiais são geralmente pequenas indústrias e comércios, que não têm profissionais ou estrutura para a migração e encontram dificuldade no processo", observou Altieri.

Para fazer esse modelo deslançar, a CCEE manteve contato com empresas interessadas em atuar como comercializadoras varejistas desde 2015. A proposta é a empresa agregar pequenas cargas de energia sob sua responsabilidade, viabilizando os negócios dos consumidores especiais. Segundo a Câmara, CPFL, Nova Energia, Comerc, Elektro e Safira estão em processo de habilitação. Para o presidente da CCEE, com a aprovação da primeira comercializadora, outras empresas devem se interessar e a adesão tende a crescer. A preocupação com a inadimplência, entretanto, ainda preocupa agentes.

"Mas quanto maior o número de clientes, a ideia é que o risco será menor, porque reduz a dependência de um único cliente", afirmou o executivo.

Para os consumidores, Altieri acredita que o menor preço do mercado livre, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), em relação ao mercado regulado seguirá como o principal atrativo nos próximos 12 meses.

"A energia no mercado livre [PLD] está, em média, 30% menor do que as tarifas do mercado regulado e 25% do consumo de energia no Brasil já é livre. Isso é muito relevante se considerarmos que se trata de um mercado novo, de apenas quinze anos no Brasil", destacou o presidente da gestora de energia Comerc, Christopher Vlavianos, em entrevista recente ao DCI.

Mercado futuro

Para a comercializadora Compass Energia, a expansão do mercado livre pode representar o desenvolvimento de contratos de negociação de energia no mercado futuro. "Muitas empresas que vão ao mercado livre já buscam formas de se proteger da variação dos preços. Mas o aumento no volume de contratos dará maior liquidez a esse mercado", contou o sócio-diretor da Compass, Marcelo Parodi. Com o avanço dos contratos futuros de energia, agentes não ligados diretamente a atividade do setor, como bancos e fundos de investimentos, também podem ingressar no mercado.

Desde o dia 16 de maio, a BM&FBovespa tem uma estrutura para negociar contratos futuros de energia. De acordo com o diretor de engenharia de produtos e serviços da Bolsa, André Demarco, desde o lançamento do produto até a semana passada, foram realizadas 28 operações desse tipo.

Ele ressaltou que se trata de um produto para o mercado de balcão e sem contrapartida financeira da BM&FBovespa. "Esse é um mercado que tem uma fase de amadurecimento. A grande tarefa para estudar uma possível contrapartida da Bolsa nesses contratos é modelar a variação de preços dessa commodity", lembrou.

Jéssica Kruckenfellner